

ATA DA 14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2010.

Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e dez, às dezesseis horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Quarta Reunião Ordinária, DO CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL – COMVIDA, no Auditório da PRODESAN, sito à Pça. Dos Expedicionários nº 10, com a seguinte ordem do dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 12ª. Reunião Ordinária – biênio 2009/2011; 2 – Informações sobre Controle Populacional de Animais; 3 - Comunicados da Secretaria; 4 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SIED, SESEG, SETUR, SMS, UNIMES e UNIMONTE – corpo discente, Corpo de Bombeiros e Polícia Ambiental, e apresentaram justificativa de ausência: SEMAM, Denise Rosas e Suzete Monteiro – Ong DVA. A Presidente iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e passou ao primeiro item da pauta. Perguntou se poderia dispensar a leitura da ata e obteve a concordância dos conselheiros, que aprovaram por unanimidade. No segundo item, explicou o porque do convite ao Dr. Emerson Belchior Santos Garcia, médico Veterinário da Codevida, que possui especialização em castração pela técnica do gancho, cuja metodologia foi trazida para o Brasil através do Dr. Werner Pine, para o controle populacional de animais. Explicou um pouco sobre o trabalho desse profissional, precursor dos mutirões de castração. A seguir convidou o palestrante para fazer parte da mesa, que passou a abordar o tema e lembrou que ao longo desses anos de trabalho, realizou cirurgias em vários municípios fora da Baixada Santista e do Estado de São Paulo que ampliaram seus conhecimentos. Considerou que apesar de existirem ainda alguns problemas, o município de Santos se destaca dos demais da Baixada Santista, nessa questão. Falou que além das castrações realizadas na Codevida, computou também as castrações efetuadas pela ONG DVA, e seus mutirões, que por si só já superam os outros Centros de Zoonoses. Comentou que sente certa frustração pois quando iniciou este trabalho na Praia Grande, a procura era intensa e castravam os animais todos os dias inclusive nos finais de semana, e havia revezamento dos veterinários que prestavam serviços à uma ONG. Disse que utilizavam locais diversos para atenderem à população dos bairros e contavam com a colaboração da comunidade que cedia os espaços mais variados possíveis, porque a Prefeitura não tinha como disponibilizá-los. Tratava-se de uma parceria da ONG com a Prefeitura daquele município, que fornecia a medicação e a ONG dispunha de toda a logística. Posteriormente foi contratado pela Prefeitura e passou a trabalhar no CCZ, mas infelizmente com a saída do Prefeito houve interrupção desse serviço à população. Destacou o trabalho que efetua junto à ONG DVA, com os mutirões que beneficiam às comunidades mais distantes que não recebem esse tipo de atendimento. Falou ainda dos índices de abstenção, incompreensíveis a seu ver, entretanto, nos mutirões esse índice é bem reduzido. Detalhou todo o processo que envolve os mutirões, cujo objetivo principal consiste em conscientizar a população em prol dos benefícios da castração. A partir da escolha do local/bairro, as lideranças do lugar colaboram na divulgação da Campanha, e posteriormente a ONG faz uma reunião com a população para serem cadastrados e instruídos sobre todo o processo pré-operatório dos animais. Neste momento, a Presidente Leila Abreu interrompeu para dar informações complementares a respeito do planejamento dos mutirões, e enfatizou que somente poderá ser castrado, o animal cujo dono foi devidamente orientado. Falou dos critérios que utilizados nos mutirões com a escolha de cadelas num primeiro plano, cuja cirurgia é mais complexa, e lembrou ainda que este processo seletivo já vinha sendo feito bem antes da publicação da Resolução do Conselho Regional de Medicina Veterinária, que regulamentou os referidos procedimentos. Explicou que o planejamento dos mutirões obedece a sazonalidade, ou seja, os bairros são escolhidos por sua proximidade onde toda população recebe o devido atendimento. Colocou que são priorizados alguns locais em função da dificuldade de

acesso da comunidade. A Presidente interrompeu-o para complementar que quando esteve em Almirante Brown, tomou conhecimento que o Controle Populacional deve sempre ser feito por saturação, isto é, castram-se todos os animais de determinada região e quando a procura por este procedimento diminui, outra região será contemplada. Informou que esteve na referida cidade, considerada a única do mundo que possui Controle Populacional e sua população é paupérrima, com o objetivo de adquirir conhecimento sobre o assunto, e mostrou inclusive, um livro publicado por eles sobre o tema. O palestrante continuou a dar explicações sobre o dia da cirurgia, ocasião em que todas as instruções são fornecidas aos donos dos animais sobre o trans e o pós operatório, como também os telefones são colocados à disposição dos mesmos para qualquer intercorrência. Destacou que esse suporte da ONG sempre ocorreu, muito bem antes do que determinou a Resolução. Lembrou a Presidente que os medicamentos sempre foram doados aos proprietários, principalmente porque determinados bairros não contam com comércio dessa natureza, e que a ONG conseguiu algumas parcerias com Laboratórios Farmacêuticos que vendem a medicação mais barata, após saberem sua destinação. Falou que todos os animais saem com roupa cirúrgica para sua proteção, tendo em vista que, na maioria das vezes, os lares são muito pobres cujo chão é de terra. Comentou ainda sobre a técnica dos pontos nessas cirurgias, bem apertados, e que são bem diferentes por não se romperem facilmente, e mesmo assim fazem a recomendação de cinco a sete dias de cuidados especiais. No caso de piometra ou outro problema detectado no momento, são fornecidos medicamentos pertinentes pois a ONG leva um estoque satisfatório para atender essas ocorrências. Em situações mais graves, no caso de tumores, o animal será agendado e atendido posteriormente na própria ONG. O Dr. Emerson disse que o índice de óbitos é muito pequeno até porque o proprietário, nessa situação, daria retorno caso perdesse o animal. Disse que faz castrações todos os dias, em várias cidades, e acredita que são bem poucos os animais que vão a óbito e reafirmou que o proprietário fica com todos os telefones possíveis para contato, caso necessite. Citou como exemplo Caruara, que por ser um bairro distante merece cuidados redobrados e por isso, permanece no local algum protetor para dar o devido suporte aos casos de intercorrências. Falou que todas as cirurgias são catalogadas desde o início de sua profissão, inclusive os poucos óbitos, e até o momento conta com aproximadamente onze mil cirurgias realizadas. Trata-se de um número grande porque são feitas muitas cirurgias num curto espaço de tempo. Pediu a palavra a Sra. Fabiana Vellani – Chefe de Departamento da Semam, que perguntou ao Dr. Emerson se existe a possibilidade de organizar um mutirão de castração no Emissário Submarino, como um dos eventos em comemoração da Semana da Biodiversidade. Entretanto, o palestrante informou que para isso seria necessário local adequado com infraestrutura física de no mínimo três salas, para um bom atendimento. Comentou a Presidente sobre o trabalho dos voluntários, e enalteceu o empenho de cada um em seu setor, e disse que a ONG cadastra as pessoas que desejarem colaborar com os mutirões. Perguntou a conselheira Yolanda – Mapan, se já abandonaram algum animal e a Presidente respondeu que os proprietários aguardam o término da cirurgia no próprio local. No caso de animais errantes, os responsáveis preenchem um cadastro onde conste inclusive, o local que o animal vai ficar após a cirurgia. A conselheira Kelly – Seduc, deu explicações à conselheira Yolanda, sobre as Administrações Regionais existentes nos bairros, da forma como o seu responsável interage com a comunidade, bem como funciona a logística do mutirão nessa localidade. A conselheira Marília – ONG DVA, completou dizendo que em Santos existem muitos protetores que colaboram significativamente, em diversos bairros, e conhecem tanto a população quanto os animais fator de grande relevância que facilita muito o trabalho da ONG. A conselheira Yolanda tornou a falar que sua ONG tem feito um trabalho muito amador, e que todas as informações obtidas serão de grande valia para o seu aprendizado e contou algumas dificuldades que enfrentou para atender os animais que

encontram-se nas favelas. Detalhou a maneira como vem sendo realizados os mutirões de castração dos gatos nesses locais. Em seguida a Presidente Leila, informou que os mutirões são marcados com apenas uma semana de antecedência para que a população não esqueça, e disse que torna-se muito trabalhoso pelo curto espaço de tempo que a ONG tem para providenciar toda a logística do evento. Disse ainda que todos são avisados por telefone, e que o índice de faltas é muito pequeno. Falou ainda que enviará por e-mail à conselheira Yolanda algumas instruções, para que possam ser aproveitadas. Neste momento o Dr. Emerson citou alguns exemplos de mutirões que não deram certo, em função de terem sido agendados em datas comemorativas e que a partir dessa experiência, passou a observar tais peculiaridades de cada bairro. Tanto a Presidente quanto o palestrante contaram alguns casos bem particulares, que ocorreram nos mutirões. Lembrou, a Presidente, que o próximo mutirão ocorrerá no final de novembro e o comunicado será enviado pela Secretária do Comvida, e pediu para os interessados em colaborar avisarem com certa antecedência por causa do almoço. Abriu para perguntas do plenário. Pediu a palavra o Dr. Luiz Henrique – CRMV e sugeriu que no dia do mutirão seja feito cadastramento do RGA, acha que o Conselho deveria definir um padrão para o RGA, como chipagem ou tatuagem. A conselheira Marília interrompeu para comunicar que a ONG DVA emprestou uma máquina tatuadora para a Codevida, há muito tempo, porém nunca foi utilizada por eles. Neste momento houve debate entre os conselheiros que manifestaram sua opinião sobre o assunto. Retomando a palavra, o conselheiro Dr. Luiz Henrique voltou a comentar sobre os mutirões e questionou se a ONG teve algum problema com o CRMV, mas a Presidente respondeu que nunca tiveram nenhuma ocorrência nesse sentido e que apenas uma vez receberam a visita de uma representante desse Conselho. Houve um mutirão, segundo a conselheira Marília, na creche Cantinho da Criança que foi objeto de intervenção do CRMV entretanto, o assunto foi bem resolvido e não trouxe nenhum resultado negativo. A questão também foi abordada pela conselheira Kelly, que deu algumas informações sobre o assunto em tela. Voltou a falar o conselheiro Dr. Luiz Henrique, e sugeriu que a ONG passe a enviar um comunicado ao CRMV, quando forem realizar os mutirões com o intuito de salvaguardar a integridade profissional do veterinário e de toda as pessoas envolvidas no evento. Manifestou-se favorável à realização desse trabalho prestado pela ONG em prol da comunidade carente, e valorizou às pessoas empenhadas na causa, mas frisou a importância de comunicarem o referido Conselho. Aproveitou para solicitar que seja enviado periodicamente à Delegacia Regional, um resumo dos temas tratados nestas reuniões, pois considera relevante tornar do conhecimento de seus colegas veterinários, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo COMVIDA. Houve amplo debate entre os conselheiros sobre o assunto. Em seguida, a Presidente comentou que achou excelente a atuação da Promotora Pública de Florianópolis, com quem esteve reunida, que recebeu uma denúncia dos veterinários a respeito dos mutirões. Chamou os denunciantes para mostrar uma estimativa de animais errantes, e perguntou-lhes quantos cada um iria pegar para castrar pois não queria vê-los nas ruas, e justificou que considerava uma questão de saúde pública se não querem mutirão então façam as castrações. Com isso encerrou a polêmica em torno do assunto. Falou ainda que muitos veterinários acham que os protetores são só paixão, essa imagem é errada porque também não compactuamos com pessoas de bom poder aquisitivo e que tentam se aproveitar desses mutirões para não gastarem com seus animais. Disse que os veterinários que colaboram nos mutirões tem clínicas próximas à ONG, vivem de seu trabalho e sabem que não atendemos pessoas que podem pagar um atendimento. Por outro lado estes também encaminham à ONG quando recebem alguém que não tem condições financeiras de pagar para atender seu animal. Contou ainda alguns casos peculiares. Ressaltou a importância do Poder Público, determinar através da legislação, a apresentação de comprovante de renda de no máximo três salários mínimos, a exemplo da Prefeitura de Florianópolis que exige esse

documento. Acredita que somente assim conseguirão impedir tais situações. O conselheiro Dr. Luiz Henrique tornou a falar que acha importante a comunicação entre a ONG e a Delegacia Regional e o CRMV. Disse a Presidente, que atualmente qualquer profissional que não possua uma consciência humanitária, um projeto social em sua área de atuação estará fadado ao fracasso. Todos aqui estão imbuídos em melhorar o planeta, e aqueles que não se engajarem ficarão sozinhos pois acredita que cada um vem fazendo a sua parte com dignidade, sacrifício e amor. Falou ainda, que estão receptivos a qualquer um que desejar colaborar. Completou a conselheira Marília, que os mutirões ocorrem sempre aos domingos simplesmente porque os voluntários não trabalham nesse dia, e que considera valioso os veterinários serem informados a respeito desses mutirões para que definitivamente seja encerrada essa polêmica. Lembrou o conselheiro Dr. Luiz Henrique que a Universidade não pode mais ter aulas práticas, e a Professora Luciana – UNIMONTE, esclareceu que a legislação proíbe a utilização de cobaias em aulas práticas mas que a casuística do Hospital oferece esse aprendizado. Disse que seus alunos participam frequentemente de mutirões de atendimento com uma OSCIP. A seguir houve pequeno debate sobre estágio e voluntariado e suas regulamentações. No terceiro item da pauta, a Secretária Margareth informou o recebimento do ofício resposta da Seduc referente ao ofício enviado pelo Conselho, e a Presidente complementou para explicar que esteve reunida com a Secretária Suely Maia juntamente com outras conselheiras, e que ficou acertado implantar um projeto no início do próximo ano junto aos professores, com o intuito engajá-los na causa. Apresentou uma cartilha que trouxe de Florianópolis que foi colocada para apreciação, e possível aproveitamento da mesma como modelo. Retomando a palavra, a Secretária leu um ofício recebido da Câmara, referente a um requerimento do Vereador Benedito Furtado, que enviou votos de congratulações ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, pela decisão de condenar o responsável pela morte de uma cadela a indenizar a comunidade por danos morais. Nada mais havendo a ser tratado a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim Margareth Santiago Ferreira – Secretária e pela Presidente Leila Abreu Oliveira.

LEILA ABREU OLIVEIRA
Presidente

MARGARETH SANTIAGO FERREIRA
Secretária